



C.N.P.J. Nº 71.832.679/0001-2  
NIRE Nº 35300136497



## ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2024

**I - DATA, HORA, LOCAL:** Assembleia realizada no dia vinte e seis do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, na Rua Boa Vista número cento e sessenta e dois, sexto andar, São Paulo, SP. **II - CONVOCAÇÃO:** Assembleias regularmente convocadas por aviso aos acionistas publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo nos dias 26 e 28 do mês de março de 2024 e no dia 01 do mês de abril de 2024 e editais publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo nos dias 15 (quinze), 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) do mês de abril de 2024. **III - QUÓRUM:** Acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto, conforme consta do livro de presença de acionistas. Presentes os acionistas: Fazenda do Estado de São Paulo, representada pela Procuradora do Estado Laura Baracat Bedicks e a São Paulo Transporte S/A – SPTrans, representada pelo Luciano José da Silva e a União, representada pela Procuradora da Fazenda Nacional Marisa Albuquerque Mendes, destacando-se que a União, como acionista minoritária, tem direito a eleger um membro titular do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, nos termos do art. 240 da Lei 6.404/76, se abstendo de votar em relação aos demais temas. Estavam presentes, por parte da CPTM, o Senhor Alexandre Akio Motonaga, Presidente do Conselho de Administração da CPTM, o Senhor Rafael Toniato Mangerona e a Senhora Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob, como representantes do Conselho Fiscal da CPTM o Senhor Manoel Marcos Botelho e como representante da empresa BDO RCS Auditores Independentes S/S, Victor Henrique Fortunato Ferreira. **IV - MESA:** Presidente e Secretário: Sr. Alexandre Akio Motonaga, representante do Conselho de Administração da CPTM. **V - ORDEM DO DIA: “A) Assembleia Geral Ordinária - 1 - Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 3 - Eleição dos membros do Conselho de Administração; 4 – Fixação de remuneração dos membros dos órgãos estatutários. B) Assembleia Geral Extraordinária – 1 – Aumento de capital autorizado; 2 - Alteração do caput do artigo 3º e do parágrafo único, do artigo 10, do inciso XXVIII do artigo 14, do caput do artigo 25, do título do capítulo IX, do artigo 29, 31 e exclusão do artigo 30, do Estatuto Social, autorizando a respectiva consolidação de seus termos; 3 – Eleição de membros do Comitê de Elegibilidade; e 4 - Outros assuntos de interesse da/ sociedade.” VI - MANIFESTAÇÕES:** O Senhor Presidente registrou o cumprimento das formalidades legais determinadas pela Lei Federal nº 6.404/76. O assunto objeto da ordem do dia foi encaminhado ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, tendo aquele Órgão se manifestado por meio do Parecer CODEC nº 029/2024 (Processo Eletrônico SEI-017.00001012/2024-11), de cujo teor foi dado conhecimento aos acionistas presentes. **VII - DELIBERAÇÕES: 1 - Em Assembleia Geral Ordinária - O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do Parecer nº 029/2024, com a aprovação da São Paulo Transporte S/A – SPTrans e abstenção da União. Item 01 - Versa sobre o exame e apreciação das demonstrações financeiras do**

JUCESP  
25 DE 24

(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

exercício social de 2023. Sobre as demonstrações financeiras, a “BDO RCS Auditores Independentes S/S” opina em seu relatório, no sentido de que “exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada ‘Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – (‘CPTM’) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis “Ativo imobilizado pendente de registro contábil. A Nota Explicativa nº 13.4 destaca que a Companhia tem operacionalizado 73 composições ferroviárias, além de peças sobressalentes associadas, adquiridas pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil líquido desses ativos era de R\$ 1.898,426, após considerar a depreciação acumulada de R\$ 310.164. No entanto, esses ativos não foram contabilizados como ativo imobilizado nas informações contábeis, aguardando a formalização através do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC). Como efeito dessa ausência de registro, tanto o ativo não circulante quanto o patrimônio líquido da Companhia encontram-se subavaliados no montante de R\$ 1.898.426. Ademais, o prejuízo do período reflete uma subavaliação de R\$ 310.174 até a data de 31 de dezembro de 2023, enquanto os prejuízos acumulados estão igualmente subavaliados, o que impacta as demonstrações contábeis.” Também apresentou os seguintes parágrafos de ênfase: “Desempenho financeiro e apoio institucional - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 – Apoio financeiro, em que diante da confirmação da previsão de aporte financeiro na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2024, a perspectiva em relação à continuidade operacional da Companhia é significativamente fortalecida e para o exercício de 2023 não há descasamento de recursos previstos e recebidos tanto na LDO quanto na LOA. A inclusão dos recursos garantidos na LDO e LOA confere uma base financeira mais sólida e previsível para a Companhia. Com o respaldo do apoio financeiro previsto, a Companhia conta com recursos confirmados para dar continuidade às suas operações e investimentos, o que contribui para mitigar incertezas sobre continuidade e ressalta uma perspectiva mais estável e promissora para no mínimo um futuro previsto de mais um exercício. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.” Contratação de cobertura de seguros - refinamento de estratégias de gerenciamento de risco. Conforme Nota Explicativa nº 1.3, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Administração aprimorou as práticas de gerenciamento de riscos ao contemplar a contratação de seguros específicos para os bens patrimoniais e de Responsabilidade Civil. Tal medida visa garantir uma cobertura completa contra incidentes que possam afetar terceiros nas instalações, ressaltando o compromisso com a segurança

DUCESP  
28 08 24

(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

*operacional e a responsabilidade corporativa, dessa forma considerando a apresentação de opções de apólices mais aderentes às especificidades e necessidades desta Companhia. Entretanto, a Companhia decidiu por aguardar novo cenário financeiro para reavaliar a possibilidade de contratação de seguros. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.”* O prejuízo do exercício de 2023, de R\$ 851.709 mil, somado ao saldo de prejuízos acumulados de períodos anteriores, resulta em R\$ 10.668.797 mil. Assim, considerando o relatório da auditoria independente e à vista das manifestações favoráveis dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Auditoria, e das informações do órgão técnico desta Pasta que não apontaram nenhuma desconformidade, os acionistas Estado de São Paulo e São Paulo Transporte aprovaram este item da pauta, com abstenção da União. Contudo, sem prejuízo da aprovação da matéria constante desse item, deverá ser enfatizada à administração da Companhia a recomendação no sentido de tomar as providências cabíveis para atender os apontamentos da auditoria independente, procedendo aos ajustes necessários, oportunidade que deve ser registrado que, não obstante a menção na ressalva de que os *“ativos não foram contabilizados como ativo imobilizado nas informações contábeis, aguardando a formalização através do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo (CODEC)”*, não há nos arquivos da Secretaria Executiva do CODEC expediente formalizado pela CPTM sobre a matéria. **Item 2** - A matéria constante nesse item versa sobre a eleição de membros para compor o Conselho Fiscal. Para a eleição de membros para compor o Conselho Fiscal, os acionistas Estado de São Paulo e São Paulo Transporte, com abstenção da União, aprovam a eleição dos indicados para o Conselho Fiscal, conforme segue: Sra. **MANUELA SANTOS NUNES DO CARMO**, brasileira, solteira, economista, portadora do RG nº 32.719.470-4 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 294.973.808-79, residente e domiciliada à Rua André Mendes, 330, São Paulo/SP e sua respectiva suplente **ADRIANA PINHEIRO ANDRÉ LAZZARINI**, brasileira, casada, economista, portadora do RG nº 23.722.807-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 176.975.198-01, residente e domiciliada a Rua Carlos Weber, 790, apto 271 – São Paulo/SP, (ambas em 2º mandato – 1ª recondução); Sra. **EMÍLIA TICAMI**, brasileira, solteira, administradora, portadora do RG nº 6.923.423-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 022.489.508-70, residente e domiciliada à Rua Francisco Pugliese, 403, São Paulo/SP (Em 1º mandato) e seu respectivo suplente **CARLOS ALBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO**, brasileiro, casado, auditor fiscal, portador do RG n.º 98002321433 SSP/CE, inscrito no CPF n.º 964.398.233-53, residente e domiciliado à Rua Tuiuti, 589, apto 202, bloco 3 – São Paulo/SP (2º mandato – 1ª recondução); Sr. **MANOEL MARCOS BOTELHO**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 13.404.231-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 031.636.188-71, residente e domiciliado à Av. Professora Ida Kolb, 255, apto. 163, São Paulo/SP; e sua respectiva suplente Sra. **ROBERTA CAMPEDELLI AMBIEL GONÇALVES**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG 20.729.825-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 694.224.436-87, residente e

JUCESP  
26 06 24

(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

domiciliado à Rua Gerânio, 174, Indaiatuba/SP (ambos em 2º mandato – 1ª recondução); **DIEGO ALLAN VIEIRA DOMINGUES**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do RG nº 27.476.792-2, inscrito no CPF/MF nº 320.328.238-02, residente e domiciliado à Rua Corrientes, 280, São Paulo/SP e seu respectivo suplente Sr. **ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº 47.871.103-1, inscrito no CPF nº 409.636.828-81, residente e domiciliado à Doutor Guilherme Bannitz, 61 - SSP/SP (ambos em 2º mandato – 1ª recondução). As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 0117/24-CC), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo SEI 017.00004185/2023-00, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). Ainda, nos termos do artigo 25 do estatuto social da Companhia, é garantida a participação de representante do acionista minoritário no Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, da Lei Federal nº 6.404/1976, devendo a conformidade ser atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, conforme dispõe o artigo 29 do estatuto social, ressaltando que o mandato dos membros desse Conselho é unificado e coincidente com os dos demais. O Estado de São Paulo, se absteve de votar neste item, tendo os acionistas minoritários União e São Paulo Transporte votado pela eleição como membros do Conselho Fiscal, **ALEX FABIANE TEIXEIRA**, brasileiro, casado, servidor público federal, portador do RG 2.753.614 SSP/DF, inscrito no CPF 015.697.457-65, residente e domiciliado na Quadra 105 Lt, 04, Ed. Maison Champagnat, apto 1002 – Águas Claras, Brasília/DF, CEP 71915-250 e respectivo suplente, **MARCELO SENNA VALE PIOTO**, brasileiro, servidor público federal, portador do RG 4.386.722 SSP-MG, inscrito no CPF 743.337.716-69, residente e domiciliado na Avenida Rio Tietê, casa 15, Setor Habitacional Jardim Botânico – Brasília/DF, CEP 71680-356. A investidura no cargo de Conselheiro Fiscal deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. Os conselheiros fiscais exercerão suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões e, na falta deste, um dos demais suplentes. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. De consequente o Conselho Fiscal passa a ter a seguinte composição: **MANUELA NUNES DO CARMO** e sua respectiva suplente **ADRIANA PINHEIRO ANDRÉ LAZZARINI**, (ambas em 2º mandato – 1ª recondução), **EMILI TICAMI** (1º mandato) e respectivo suplente **CARLOS ALBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO** (2º mandato – 1ª recondução); **MANOEL MARCOS BOTELHO** e sua respectiva suplente **ROBERTA CAMPEDELLI AMBIEL GONÇALVES** (ambos em 2º mandato – 1ª recondução), **DIEGO ALLAN VIEIRA DOMINGUES** e seu respectivo suplente **ANDRÉ ISPER RODRIGUES BARNABÉ** (ambos em 2º

JUCESP  
28 DE 24

(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

mandato – 1ª recondução), **ALEX FABIANE TEIXEIRA** e seu respectivo suplente **MARCELO SENNA VALE PIOTO** (ambos em 2º mandato – 1ª recondução). Item 3 - da pauta ordinária que versa sobre a eleição de membros para compor o Conselho de Administração. As indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG ns.º 0117, 0172, 0182, 190/24- CC) e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento (Processo SEI 017.00004186/2023-46, que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Conselho de Administração da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023). Conforme o disposto no parágrafo primeiro, do artigo 8º, do estatuto social da Companhia, o Diretor-Presidente integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo. De conseguinte, **os acionistas Estado de São Paulo e São Paulo Transportes, com abstenção do acionista União, aprovaram a eleição dos Senhores: PRESIDENTE - ALEXANDRE AKIO MONTONAGA**, brasileiro, solteiro, professor e advogado, portador do RG 13.321.799-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 104.458.748-21, residente e domiciliado à Rua Tucumã, 123, apto. 32, São Paulo/SP, (2º mandato – 1ª recondução). **MEMBROS: PEDRO TEGON MORO**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG 21.448.592-4 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 144.051.718-58, residente e domiciliado à Rua Itaibaté, 31 – São Paulo/SP, na qualidade de Diretor-Presidente, **JULIANA AMARA SOARES RODRIGUES DA SILVA**, brasileira, solteira, advogada, portadora do RG 3.105.959 SSP/DF, inscrito no CPF/MF nº 049.161.881-60, residente e domiciliado à QNW, 310 – Bloco D, Noroeste, Brasília/DF (2º mandato – 1ª recondução) como membro; **JOSÉ EDUARDO SOARES CANDEIAS**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 8.393.279 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 793.659.908-82, residente e domiciliado à Rua João Thomaz de Almeida, 37, Botucatu/SP, (2º mandato – 1ª recondução) como membro; **ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE** brasileiro, solteiro, auditor fiscal de rendas estadual, portador do RG 19.313.656-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 261.955.328-86, residente e domiciliado à Alameda Ribeirão Preto, 285 apto 61 - Bela Vista - São Paulo/SP (4º mandato – 3ª recondução) como membro; **VINICIUS MENDONÇA NEIVA** brasileiro, casado, servidor público federal, portador do RG 1.582.231, SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 345.701.326-34, residente e domiciliado à Rua Dr. Nicolau de Souza Queiroz, 194 - apto 194 - São Paulo/SP (1º mandato) como membro; **EMILIO JOSÉ FEZZI**, brasileiro, casado, economista, portador do RG 4.546.397-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 610.120.501-06, residente e domiciliado Rua Demétrio Ribeiro, 435 Apto 171B - São Paulo/SP (1º mandato) como membro independente; **ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT** brasileira, casada, professora e pesquisadora, portadora do RG 13.613.432-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 147.735.128-06, residente e domiciliado à Rua Pedroso Alvarenga, 263 apto 171 – São Paulo/SP (3º mandato – 2ª recondução), como membro independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria. Fica o Senhor Procurador do Estado autorizado a não obstar à

(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

participação de **CAROLINA MITSIRU MIASHIRO** brasileira, solteira, engenheira, portadora do RG 33.764.484-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 221.348.468-60, residente e domiciliado à Rua Jeroaquara, 406 – apto 35 – bloco 2 - São Paulo/SP, para compor o Conselho de Administração da Companhia, como representante dos empregados eleita em conformidade com o estatuto social da Companhia e com a legislação aplicável, visto a apresentação do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, nos termos do artigo 29 do estatuto social, atestando a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016, e na forma na Deliberação CODEC nº 03/2023), ressaltando que o mandato dos membros desse Conselho é unificado, deverá ser coincidente com os dos demais. T a m b é m , não deverá ser obstada, caso exercida, a prerrogativa dos acionistas minoritários de eleger um membro para o Conselho de Administração, nos termos do artigo 19 da Lei Federal nº 13.303/2016, devendo a conformidade ser atestada pelo Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento nos termos do estatuto social da Companhia, o qual deverá exercer suas funções com mandato unificado e coincidente com os dos demais. A investidura no cargo de Conselheiro de Administração deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. Os Conselheiros deverão exercer suas funções nos termos do estatuto social da empresa, com um novo mandato unificado até a Assembleia que se destinar à aprovação das contas de 2025. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. De conseguinte, o Conselho de Administração passa a ter a seguinte composição: **PRESIDENTE:** ALEXANDRE AKIO MONTONAGA (2º mandato – 1ª recondução). **MEMBROS** PEDRO TEGON MORO, na qualidade de Diretor-Presidente; JULIANA AMARA SOARES RODRIGUES DA SILVA (2º mandato 1ª recondução); JOSÉ EDUARDO SOARES CANDEIAS (2º mandato 1ª recondução); ANDRÉ LUIS GROTTI CLEMENTE (4º mandato 3ª recondução); VINICIUS MENDONÇA NEIVA (1º mandato), EMILIO JOSÉ FEZZI (1º mandato) ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT, membro independente (3º mandato 2ª recondução); CAROLINA MITSIRU MIASHIRO, representante dos empregados (1º mandato). **Item 4** – deverá ser fixada a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, na conformidade a seguir. Conforme disposto nos artigos 152, caput, e 162, §3º da Lei federal nº 6.404/1976, e artigo 41, caput, do estatuto social, a fixação de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal é matéria reservada à Assembleia de Acionistas. Ainda, o parágrafo primeiro, do artigo 41, do estatuto social dispõe que a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral. **Assim sendo, os acionistas Estado de São Paulo e São Paulo Transporte, com abstenção da União, fixam a remuneração, gratificações, benefícios e vantagens, dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) e dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento e do Comitê de Auditoria, nos estritos termos da Deliberação CODEC nº 001/2024, publicada no**

(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

Diário Oficial do Estado no dia 21 de março de 2024. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária** - Item 01, Considerando as manifestações favoráveis dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, **os acionistas Estado de São Paulo e São Paulo Transporte, com abstenção da União**, aprovam a proposta de aumento do capital autorizado, previsto no parágrafo único, do artigo 3º, do estatuto social, justificado pela afirmação da Companhia de que as futuras capitalizações para o quadriênio 2024, 2025, 2026 e 2027, tendo como parâmetro o Plano Plurianual – PPA, somam R\$ 3.913.980.000,00, passando o referido capital de R\$ 21.000.000.000,00 para R\$ 24.915.000.000,00, com a correspondente representação em quantidade de ações de 700.000.000.000 de ações para 830.500.000.000 de ações. **Item 2** – versa sobre alterações do estatuto social, na forma proposta pela Companhia, consistentes em: nova expressão do capital social, previsto no caput, do artigo 3º, considerando a proposta da empresa, na forma aprovada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, para o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 851.079.110,14, passando o respectivo capital de R\$ 19.395.301.578,60 para R\$ 20.246.380.688,74, com o correspondente número de ações que passará de 684.693.687.422 para 747.305.363.564. Esse aumento decorre de aportes de recursos transferidos financeiramente pelo Tesouro do Estado de São Paulo – acionista majoritário, a título de AFAC – Adiantamento para futuro Aumento de Capital, acumulado até 31 de dezembro de 2023. O artigo 166, inciso II, da Lei nº. 6.404/76, estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, observado o que dispuser o estatuto social. O parágrafo único, do artigo 3º, do estatuto social expressava que, independentemente de reforma estatutária, poderia ser aumentado até o limite máximo de R\$ 21.000.000.000,00, representado por 700.000.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal. Assim também, no artigo 5º, VIII, “a”, do Decreto estadual nº 64.219/2019, o CODEC tem como atribuição manifestar-se, previamente à submissão do Conselho de Administração acerca de proposta de aumento do capital social dentro do limite autorizado. Ainda, a Deliberação CODEC nº 01, de 12 de dezembro de 1991, determina que as empresas que tenham em seus estatutos dispositivo que especifique autorização para aumento do capital social, independente de reforma estatutária a ser deliberado pelo Conselho de Administração, nos termos do mencionado artigo 166, inciso II, somente poderão realizar subscrições e autorizar as respectivas emissões de ações após o prévio pronunciamento do CODEC. Contudo, a matéria foi trazida à deliberação desta assembleia e, nesse sentido, foram apresentadas pela empresa as respectivas manifestações favoráveis do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme determina a Lei das Sociedades Anônimas, artigo 166, §2º, e o estatuto social do instituto. Registre-se que deverá ser observado pela empresa o exercício de preferência previsto no artigo 171 da Lei das Sociedades Anônimas. (ii) exclusão da menção, nos artigos 10 e 25, aos artigos 239 e 240 da Lei federal nº 6.404/1976, em consonância aos termos dos mencionados artigos e do artigo 161,



JUCESP  
28 05 24

(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

da mesma lei, e do artigo 19, da Lei federal nº 13.303/2016; (iii) exclusão das funções de aconselhamento do Comitê estatutário, que passará a denominar-se “Comitê de Elegibilidade”, de acordo com a Deliberação CODEC nº 3, de 8 de novembro de 2023, editada face o Decreto nº 68.049, de 31 de outubro de 2023, que alterou o Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, previstas no artigo 14 - inciso XXVIII, título do Capítulo IX, artigo 29 – caput, artigo 30 e artigo 31 - caput; e Assim, **os acionistas Estado de São Paulo e São Paulo Transporte, com abstenção da União**, consideram o aprovado no item “1” desta pauta e o mencionado acima para este item, na forma a seguir: (i) caput do artigo 3º e parágrafo único - para contemplar o novo valor do capital social, e do capital social autorizado: De **“ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 19.395.301.578,60** (dezenove bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos) dividido em 684.693.687.422 (seiscentas e oito e quatro bilhões, seiscentos e noventa e três milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e duas) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo único – Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de R\$ 21.000.000.000,00 (vinte e um bilhões de reais), representado por 700.000.000.000 (setecentos bilhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.” Para **“ARTIGO 3º - O capital social é de R\$ 20.246.380.688,74** (vinte bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, trezentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos) dividido em 747.305.363.564 (setecentos e quarenta e sete bilhões, trezentos e cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias de classe única, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo único – Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de R\$ 24.915.000.000,00 (vinte e quatro bilhões, novecentos e quinze milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.” (ii) artigo 10 – De **“ARTIGO 10 - É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos do artigo 239, da Lei federal n.º 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei federal n.º 13.303/2016.”** Para: **“ARTIGO 10 – É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos da Lei federal n.º 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei federal n.º 13.303/2016.”** (iii) inciso XXVIII do artigo 14 – De: **“XXVIII - avaliar os diretores da empresa, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei federal n.º 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento;”** Para: **“XXVIII - avaliar os diretores da empresa, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei federal n.º 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade;”** (iv) caput do artigo 25 - De: **“ARTIGO 25 - É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se**



(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

houver, e seus respectivos suplentes, nos termos do artigo 240, e da alínea “a”, do parágrafo quarto, do artigo 161, ambos da Lei federal n.º 6.404/1976.” Para: **“ARTIGO 25 - É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se houver, e seus respectivos suplentes, nos termos da alínea “a”, do parágrafo quarto, do artigo 161, da Lei federal n.º 6.404/1976.”** (v) título do Capítulo IX e caput do artigo 29 - De: **“CAPÍTULO IX COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO ARTIGO 29 – A empresa terá um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal n.º 13.303/2016.”** Para: **“CAPÍTULO IX COMITÊ DE ELEGIBILIDADE ARTIGO 29 – A empresa terá um Comitê de Elegibilidade, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal n.º 13.303/2016.”** (vi) artigo 30 - exclusão: **“ARTIGO 30 – Os órgãos de administração também poderão submeter ao Comitê solicitação de caráter consultivo objetivando o aconselhamento estratégico para o atendimento do interesse público que justificou a criação da Empresa, nos termos do artigo 160, da Lei federal n.º 6.404/1976.”** (vii) caput do artigo 31, renumerado para artigo 30 em decorrência da exclusão aprovada acima (vi); De: **“ARTIGO 31 – O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo, que poderão participar das reuniões daquele Colegiado, com direito a voz, mas não a voto.”** Para: **“ARTIGO 30 – O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo.”** (viii) renumeração a partir do artigo 32 que passará a ser 31 e assim sucessivamente, em decorrência da exclusão do artigo 30 (vi) e renumeração do artigo 31 (vii) acima. **Ainda neste item, em decorrência da deliberação, os acionistas presentes, por unanimidade, aprovam a consolidação do estatuto social, nos termos do documento anexo, que passa a ser parte integrante desta Ata. Item 3 - versa sobre eleição de membros para o Comitê de Elegibilidade. Considerando que as indicações contaram com a competente autorização governamental (Ofício ATG nº 172/24-CC-AG) e a conformidade dos requisitos necessários foi devidamente atestada pela Nota Técnica CODEC nº 005/2024 (Processo SEI 017.00009500/2023-87), que trata da verificação do processo de indicação de membros para o Comitê de Elegibilidade da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023), os acionistas Estado de São Paulo e São Paulo Transporte, com abstenção da União, aprovam, em substituição aos atuais integrantes, a indicação dos Senhores: FERNANDA GABAN MONTEIRO, SÉRGIO DE CARVALHO JÚNIOR e RAFAEL TONIATO MANGERONA. A investidura nos cargos deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos no estatuto social, inclusive no que se refere à entrega da declaração de bens. Os membros do Comitê de Elegibilidade exercerão suas funções sem mandato fixo, não fazendo jus a qualquer remuneração. Finalmente, no item 4, a Procuradora do Estado registra que, até manifestação contrária, todas as publicações da**

(continuação da ata da 31ª Assembleia Geral Ordinária e 67ª Assembleia Geral Extraordinária)

Companhia devem continuar sendo realizadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem prejuízo do atendimento do artigo 289, da Lei federal nº 6.404/1976. Ademais, cumpre ressaltar que não deverão ser deliberadas outras matérias sem a prévia e expressa manifestação do CODEC. **VIII - ENCERRAMENTO:** Esgotada a Ordem do Dia, foi franqueada a palavra aos presentes. Como ninguém mais fez uso dela, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi lida a ata, achada conforme, aprovada e assinada pelos abaixo arrolados. São Paulo, 26 de abril de 2024.

Acionistas presentes

O Estado de São Paulo  
São Paulo Transporte S.A  
União

Representado pela Doutora Laura Baracat Bedicks  
Representado pelo Doutor Luciano José da Silva  
Representada pela Doutora Marisa Albuquerque  
Mendes

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LAURA BARACAT BEDICKS PANUCCI  
Data: 21/05/2024 14:11:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINADO DIGITALMENTE  
**LUCIANO JOSE DA SILVA**  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://seepro.gov.br/assinador-digital>

**LAURA BARACAT BEDICKS**  
Pelo Estado de São Paulo

ASSINADO DIGITALMENTE  
**MARISA ALBUQUERQUE MENDES**  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://seepro.gov.br/assinador-digital>

**LUCIANO JOSÉ DA SILVA**  
Pela São Paulo Transporte S/A – SP Trans

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MANOEL MARCOS BOTELHO  
Data: 05/06/2024 09:38:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MARISA ALBUQUERQUE MENDES**  
Pela União

ALEXANDRE AKIO Assinado de forma digital por  
MOTONAGA;104 ALEXANDRE AKIO  
45874821 MOTONAGA;10445874821  
Dados: 2024.05.24 17:45:22  
-03'00'

**ALEXANDRE AKIO MOTONAGA**  
(Pelo Conselho de Administração da CPTM)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CAROLINA VILELA SANTORO DE CASTRO VIANN  
Data: 20/05/2024 09:35:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CAROLINA VILELA SANTORO DE  
CASTRO VIANNA JACOB**  
(Pela CPTM)

**MANOEL MARCOS BOTELHO**  
Pelo Conselho Fiscal da CPTM

VICTOR HENRIQUE  
FORTUNATO  
FERREIRA:25547284882  
Assinado digitalmente por VICTOR  
HENRIQUE FORTUNATO  
FERREIRA:25547284882  
DNE: ommvictor henrique fortunato  
FERREIRA:25547284882, ommvictor henrique fortunato  
Brasil, ou=(cm fortunato),  
email=julio@bdo.com.br  
Data: 2024.05.04 15:11:10 -03'00'

**VICTOR HENRIQUE FORTUNATO  
FERREIRA**  
Pela BDO RCS Auditores Independentes S/S

**RAFAEL TONIATO  
MANGERONA** Assinado de forma digital por  
RAFAEL TONIATO MANGERONA  
Dados: 2024.05.21 08:04:52  
-03'00'

**RAFAEL TONIATO MANGERONA**  
(Pela CPTM)

